

Vanda Anastácio\*

## ⇒ “Heróicas virtudes e escritos que as publiquem”. D. Quixote nos *papéis da Restauração*

Numa célebre obra dada à estampa na última década da vigência da Monarquia Dual, intitulada *Flores de España, excelencias de Portugal*, o jurista português António de Sousa de Macedo<sup>1</sup> justificava do modo seguinte o cuidado que tivera em pôr por escrito as grandezas do reino que o vira nascer:

No le bastan a un Reyno para ser famoso heroicas virtudes de sus naturales si le faltan escritos que las publiquen, porque la memoria de aquellas con el tiêpo (como todo) se acaba, y estos hazen con que viva eternamente libre de las leyes del olvido.<sup>2</sup>

Se a fixação por escrito das “heróicas virtudes” dos portugueses e a sua divulgação impressa podiam ser consideradas então, nas palavras dos censores que autorizaram a impressão da obra em 1631, uma tarefa “curiosa”, “gostosa” e capaz de dar “consolação aos naturais deste Reyno”,<sup>3</sup> a partir de 1 de Dezembro de 1640 tornou-se numa necessidade: ao recém aclamado rei de Portugal não bastava o apoio de um grupo de partidários, por muito representativo, numeroso e capaz de mobilizar outros grupos que este pudesse ser. Para sobreviver como reino, a monarquia encabeçada por D. João IV necessitava de legitimação e de reconhecimento dentro e fora do território português.

Graças aos trabalhos de várias gerações de estudiosos,<sup>4</sup> conhecemos hoje melhor as diligências empreendidas pelo novo Rei e pelos seus homens de confiança, no sentido de conseguir a aceitação do novo estado de coisas. Para alcançar este objectivo, foi preciso

---

\* Vanda Anastácio é Professora Associada do Departamento de Literaturas Românicas na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Áreas de investigação: Crítica textual, Literatura Portuguesa dos séculos XVII e XVIII, Mulheres escritoras em Portugal 1750-1830.

<sup>1</sup> Sobre o autor vejam-se Prestage (1916) e Saldanha (1993).

<sup>2</sup> António de Sousa de Macedo (1624), “Al Lector”. Segundo o autor a obra teria sido escrita por volta de 1624. O título parece dialogar com o da obra de Gregorio López de Madera, *Excelencias de la Monarquia e Reynos de España*, que teve uma 1ª edição em 1597 e sairia de novo à luz em 1625.

<sup>3</sup> Veja-se o parecer do Doutor Vicente da Ressurreição, “Licenças”: “Vi esta obra, cujo titulo he *Flores de Espanha, Excelências do Reyno de Portugal*, Autor António de Sousa de Macedo, & nada há nella contra a pureza da Fè, nem bons costumes, antes he curiosa, & gostosa, & que dará consolação aos naturaes deste Reyno, & lhes grãgeará credito, & reputação pera com os estrangeiros. Pelo que se lhe pode dar ao Autor a licença que pede pera a impressão. Em Santo Eloy de Lisboa em 20. de Agosto de 630. Doutor Vicente da Resurreição”.

<sup>4</sup> Prestage (1928), Amzalak (1934), Eduardo Brasão (1939), Prestage/Mellander (1943), Cruz (1948), Madeira Santos (1965), Canavarró (1967), Veríssimo Serrão (2004), Reis Torgal (1981-1982), Marques (1989), Bouza Álvarez (2000), Cardim (2003), Dores Costa (2004) e Valladares (2006).

recorrer a meios diversificados que incluíram, para além da força das armas,<sup>5</sup> das contrapartidas financeiras e da diplomacia, a dinamização ideológica levada a cabo pelos membros do clero que estavam em contacto directo com a população,<sup>6</sup> e a propaganda escrita.

A documentação conservada deste período inclui um número considerável de textos manuscritos e impressos que têm por tema a discussão da legitimidade da independência do reino de Portugal, bem como o comentário aos acontecimentos que se seguiram à sua proclamação. Neles se encontram, ideologicamente caracterizados, não só os êxitos e revezes diplomáticos da Restauração, mas, também, as personalidades envolvidas nas decisões políticas e nas campanhas militares do período, tudo interpretado a partir das intenções de quem escreve, e transformado, por meio da escrita, num acervo de *imagens ficcionadas* de factos e de personagens reais. Estes materiais permitiram, no caso dos manuscritos, a circulação destas imagens no seio de grupos ideologicamente afins e, no caso dos textos que chegaram a ser impressos, a sua difusão em larga escala, entre grupos socialmente diferenciados.

A disseminação da sátira política em prosa ou em verso por meio do *panfleto* ou do *libelo* é um expediente antigo, frequente na sociedade de corte. Se tivermos em conta o período que aqui mais nos interessa focar, verificaremos que logo em 1580 e durante os sessenta anos que durou a monarquia luso-espanhola, esse foi um recurso amplamente usado pelos círculos de letrados e de cortesãos contrários à unificação, para exprimir os receios das consequências desta, dar largas à sua frustração de fidalgos de um rei ausente, ou manifestar sentimentos de antagonismo anti-castelhano.<sup>7</sup> Mas o uso da cópia manuscrita como veículo de opiniões políticas opostas ao poder central manteve-se depois de 1640: o facto de circular à margem do crivo da censura possibilitava, àqueles que a ela recorriam, uma maior liberdade a nível da crítica e de usos de linguagem, que os textos evidenciam.<sup>8</sup> Neste contexto, e apesar das afinidades existentes entre ambos os meios, parece-nos que o *corpus* de panfletos dados à estampa na mesma época e difundidos com intenção semelhante, merece uma abordagem específica, pelo facto de implicar outro tipo de agentes e uma outra planificação dos aspectos ligados à produção, distribuição e comercialização dos objectos impressos, no apoio ao mesmo objectivo.

### “Papéis da Restauração”

Ao estudar o livro impresso em Portugal no século XVII, Artur Anselmo assinala a sua qualidade material relativamente fraca, mas contrasta a “modéstia da produção tipográfica portuguesa” da época<sup>9</sup> com a intensidade sem precedentes da actividade editorial que então se verificou.<sup>10</sup> A explicação para estes dados reside, sem dúvida, na dinâmica

<sup>5</sup> Recorde-se que se tratou de uma “força” relativa: o reino não dispunha de um exército próprio organizado nem tinha meios económicos em abundância, pelo que foi necessário criar uma estrutura militar a partir de recursos humanos escassos e impreparados para a situação de guerra. Cf. Dores Costa (2004).

<sup>6</sup> Cf. Marques (1989).

<sup>7</sup> Vejam-se Bouza Alvarez (2000; 2002), Martínez (2002).

<sup>8</sup> Vejam-se, por exemplo, os panfletos trazidos à luz por Soares (1940) e de Melo Matos (1946).

<sup>9</sup> Anselmo (1997: 88).

<sup>10</sup> Anselmo (1997: 89): “Na história da tipografia portuguesa dos séculos XVII e XVIII encontramos duas décadas verdadeiramente febris na produção de livros impressos: a década de 1641-1650, em que a Res-

de opinião gerada pelas transformações políticas então ocorridas. Com efeito, o investigador que se debruce sobre a produção saída dos prelos portugueses no período que se seguiu imediatamente à aclamação de D. João IV, aperceber-se-á do teor fortemente partidário da generalidade das publicações.<sup>11</sup> Trata-se de uma característica marcante da produção impressa da época que não tem passado despercebida aos historiadores. Assim, por exemplo, ao reflectir sobre a história do livro português no século XVII, Anselmo refere que “[n]os primeiros anos do Portugal Restaurado, a tipografia foi uma das armas preferidas do Poder – e talvez das mais mortíferas e certeiras em luta contra o inimigo estrangeiro” (Anselmo 1997: 89). Referindo-se ao mesmo período, Fernando Bouza Álvarez sublinha o facto de se ter assistido então a “[u]ma das mais longas guerras de *pamphlets* travadas durante esta centúria”.<sup>12</sup> Por sua vez, Diogo Ramada Curto (2001-2002) sugere a integração destes documentos “num contexto europeu mais largo, necessitando por isso de ser comparados às 5 000 ‘mazarinades’, aos cerca de 20 000 panfletos suscitados pela revolução inglesa, bem como aos folhetos das revoltas da Catalunha e de Nápoles” (2001-2002: 32).

Seja como for, não restam dúvidas de que uma proporção esmagadora das obras dadas então ao prelo corresponde a publicações de baixo custo e de pequena e média envergadura, destinadas a divulgar os ideais e feitos separatistas a um público alargado: são os chamados *folhetos*, *opúsculos*, ou *panfletos* “da Restauração”, que os contemporâneos designavam, simplesmente, por *papéis*.

Como já tem sido sublinhado, para caracterizar estes *papéis* torna-se necessário ter em conta que, ao longo dos séculos XVI a XVIII, elementos como a extensão ou o número de fôlios, de páginas, ou de cadernos, não constituem traços relevantes para a inclusão de um impresso na categoria de *papel* ou na de *livro*.<sup>13</sup> Determinantes eram, sim, o aspecto, os formatos (oscilando entre o in-4.<sup>o</sup> e o in-8.<sup>o</sup>), e o facto de os *papéis* circularem sem

---

tauração da nacionalidade toma conta dos espíritos e faz gemer os prelos a um ritmo jamais conhecido em Portugal, e a década de 1731-1740, que corresponde à fase esplendorosa do reinado de D. João V”.

<sup>11</sup> Em breve sondagem levada a cabo para o ano 1645, concluímos que se publicaram, nesse ano, obras dedicadas à exaltação da “nação” e dos valores “portugueses”, manifestações de hostilidade e de desprezo em relação a Castela, o louvor e legitimação de grupos sociais apoiantes da independência portuguesa (como a Companhia de Jesus, por exemplo) e a publicação de obras de clássicos portugueses colocadas ao serviço do mesmo ideal de exaltação nacional. Cf. Anastácio (2005).

<sup>12</sup> Bouza Álvarez (2001-2002: 66): “[...] foi a que enfrentou Filipe IV e os restauradores portugueses que tinham quebrado os laços de dependência com Madrid para entronizar D. João IV de Bragança em 1640”.

<sup>13</sup> Lopez (1997: 298): “El número de páginas, pliegos, cuadernos, queda en una total indeterminación, no interviniendo para nada ninguna de las unidades de cuenta usadas antaño. [...] Un impreso de hasta 60 ó 70 páginas (y a veces, como hemos dicho, muchas más) no era un libro sino un papel, como no formara un volumen cosido y encuadernado. Esta era la condición en principio necesaria para que un libro se considerase como tal”. Esta definição de *papel* encontra-se muito próxima da que avança Rodríguez-Moñino para *pliego suelto* no seu *Diccionario bibliográfico de Pliegos sueltos poéticos (siglo XVI)*: “Por *pliego suelto* se entiende, en general, un cuaderno de pocas hojas destinado a propagar textos literarios e históricos entre la gran masa lectora, principalmente popular. Su extensión varía según la de la obra que contienen, y así, aunque en principio sirvió como norma atenerse a lo que era en verdad un pliego, es decir, una hoja de papel en su tamaño natural, doblada dos veces para formar ocho páginas, poco a poco se ha ido extendiendo el concepto y se considera pliego suelto al cuaderno de hasta 32 planas y aún más” (1970: 11).

encadernação, o que lhes garantia um preço significativamente mais baixo e permitia a sua aquisição por um maior número de leitores.<sup>14</sup> É neste sentido que é possível considerá-los como veículos *de comunicação de massas*.

As dificuldades de delimitação suscitadas pela relativa indefinição da designação *papel*, podem ser minoradas pelo cruzamento desta categoria com outras, relativas à sua funcionalidade. É o que propõe Victor Infantes, na senda de Jaime Moll, ao sugerir a divisão dos *papéis* do período em quatro tipologias: assim, seriam *ocorrentes* os impressos cuja existência se encontra dependente de um acontecimento específico, informando sobre ele ou comentando-o, sem razão de existir desligados dele; seriam *recorrentes* as publicações cuja periodicidade se manteve por longos intervalos de tempo (prognósticos, almanaques, calendários), seriam *próprios* os impressos de periodicidade variável gerados por instituições como a Administração pública ou a Igreja (constituições, éditos, cartas pastorais, sínodos, etc.) e, por fim, seriam considerados *permanentes* os impressos ditos de “larga circulação”, de conteúdo marcadamente literário, em prosa ou em verso, destinados à leitura ociosa ou ao entretenimento de um público amplo (peças de teatro, novelas, textos em verso, etc.).<sup>15</sup> Note-se que, ainda que útil em termos gerais, esta distinção terá que ser usada de modo flexível para poder dar conta da diversidade das realidades em presença.

De extensão variada, os *papéis da Restauração* encontram-se estreitamente associados aos acontecimentos desencadeados pela separação do reino de Portugal do de Castela, mas a sua inclusão óbvia entre os impressos *ocorrentes* não deve fazer esquecer outras características relevantes destes materiais. Em primeiro lugar, trata-se de *impressos concebidos para uma muito ampla circulação* dentro e fora do território português. A diversidade linguística neles observada (que inclui o português, o castelhano, o latim, o neerlandês, o catalão, o francês e o italiano),<sup>16</sup> comprova a intenção de criar uma opinião pública à escala internacional que fosse favorável à iniciativa separatista. Em segundo lugar, a longa duração das guerras da independência permitiu que alguns desses *papéis* adquirissem carácter periódico, de feição jornalística, como aconteceu com as *Gazetas da Restauração* nos anos 1640-1647, ou com o *Mercúrio Português* nos anos 1663-1667.<sup>17</sup> Por fim, não foram apenas a relação de acontecimentos militares ou diplomáticos, o manifesto, o panegírico ou o discurso apologético que foram postos ao serviço da ideologia da Restauração. O desejo de propaganda das posições ideológicas do novo regime levou à exploração das modalidades do discurso persuasivo no sermão, nos relatos de milagres e nas profecias em verso, e estendeu-se à leitura dita “de entretenimento”, contaminando géneros como a comédia, a prosa humorística, a poesia narrativa, a lírica, a poesia satírica, etc., de escasso teor informativo mas, com frequência, apenas decifráveis à luz do momento histórico que então se vivia, devido às alusões circunstanciais que incluem.

<sup>14</sup> É possível chegar a uma ordem de grandeza destas diferenças de custo, a partir da estimativa de preços de *folhetos de cordel* e de *livros* no século XVIII, ensaiada por Violeta Crespo Figueiredo (1979).

<sup>15</sup> Cf. Infantes (2003).

<sup>16</sup> Veja-se, a este propósito, o elucidativo quadro elaborado a partir de um *corpus* de 783 papéis impressos por Marques (1989), “Apêndices”, vol. II.

<sup>17</sup> Veja-se a este propósito o estudo “As primeiras Gazetas em Portugal: uma apresentação” que acompanha a edição da *Gazeta da Restauração* realizada por Gomes Dias (2006).

Sublinhe-se que apesar do seu interesse evidente para a história do período, o estudo destes *papéis* é dificultado pelo facto de se encontrarem apenas parcialmente inventariados. A sua listagem constitui uma tarefa especialmente difícil, quer devido à sua dispersão internacional, quer, também, porque deverá ter em conta os impressos de resposta ou de ataque postos a circular pela facção pró-castelhana no mesmo período, igualmente dispersos.<sup>18</sup> Graças ao levantamento preliminar levado a cabo por João Francisco Marques, que identificou 783 *papéis* datáveis dos anos 1640-1668 nas várias colecções portuguesas repertoriadas, é possível ter uma ideia da dimensão relativa dos impressos publicados em apoio do partido português. No entanto, se nesta fase das investigações não é possível proceder ao seu estudo global, há verificações parciais que podem ser avançadas e que poderão contribuir para equacionar alguns dos problemas que estes documentos suscitam.

### “Papéis” e Propaganda. Patrocínios e agentes

Quem patrocina estas publicações? Quem as imprime? Uma das mais antigas indicações do seu patrocínio é a que avança D. António Caetano de Sousa em 1740, quando diz (1949: 132):

Naõ foy menor a politica da idéa [*de D. João IV*] de prevenir os ânimos dos seus Vassallos para os ter contentes, e satisfeitos, com os bons successos das suas armas; e assim elle mesmo compunha as Relações, que naquelle tempo se imprimiraõ, e ditando-as, as escrevia António Cavide seu criado, que occupou grandes lugares, e de quem fez grande confiança, para que assim espalhando-se pelo Reyno, e Conquistas, chegasse à noticia de todos os seus Vassallos a gloriosa defensa, com que as suas Tropas triumphavaõ dos seus inimigos, e saõ as que se vem impressas, e comprehendem desde o anno de 1641 até o de 1653.

Ainda que não seja possível comprovar a interferência directa do monarca na redacção das relações divulgadas durante os anos assinalados (que coincidem, aliás, com o período de maior produção destes impressos),<sup>19</sup> não restam dúvidas de que D. João IV (tal como outros soberanos o haviam feito antes dele, com destaque para Filipe II de Espanha em 1580), se empenhou pessoalmente na produção e na disseminação destes *papéis*: a leitura da correspondência que manteve com os seus representantes nas cortes estrangeiras atesta-o.<sup>20</sup> Confirma esse mesmo interesse o envolvimento de homens da sua confiança (como António Pais Viegas, Francisco Velasco de Gouveia, João Pinto

<sup>18</sup> Esta dificuldade tinha sido já sublinhada por Marques, quando diz, no capítulo “Sondagem estatística da literatura apologética e polémica da Restauração relativa aos espécimes considerados”: “Estamos ainda longe de possuir um inventário completo dessa produção literária – elemento indispensável para um trabalho crítico complementar. Esse levantamento torna-se, de resto, árduo, se pensarmos que se terão de considerar as facções congéneres castelhanas, impressas dentro e fora da monarquia espanhola, e as demais editadas nas restantes nações mormente nas da Europa do tempo” (1989: 481).

<sup>19</sup> Veja-se o “Gráfico cronológico da frequência relativa das publicações” elaborado, para um *corpus* de 783 *papeis* pró-portugueses, por Marques (1989).

<sup>20</sup> Vejam-se, a título de exemplo, as cartas publicadas por Laranjo Coelho (1940-1942a; 1940-1942b), e as opiniões de Brito Aranha (1885).

Ribeiro, António de Sousa de Macedo, etc.) na produção de textos deste tipo. Do mesmo modo, se o elevado número de dedicatórias a João Rodrigues de Sá Meneses que se observa entre estas publicações permite identificar esta personagem como uma figura patrocinadora das mesmas, o facto de se tratar do Camareiro-mor do Rei parece conduzir-nos à mesma origem.

O facto é que, sem a intervenção real, não se compreende a celeridade com que estas obras saíram à luz, num reino onde se encontrava em vigor, como é sabido, um moroso sistema de censura, cuja aplicação obrigava a que, entre o momento em que uma obra era submetida à apreciação censória e o momento em que finalmente podia ser posta à venda decorressem, em média, um a dois anos.<sup>21</sup> A hipótese de que tenha havido um regime de excepção quanto à aplicação destas normas nos primeiros anos que se seguiram à aclamação do Duque de Bragança, parece ser autorizada pela ausência frequente da habitual transcrição das licenças dos censores nos *papéis* então postos a circular, os quais se limitam, em muitos casos, a incluir no frontispício a indicação “com todas as licenças necessárias”.

Os dados em presença permitem ainda verificar que, apesar de se poderem identificar cerca de uma dúzia de impressores em actividade no reino, entre a aclamação de D. João IV e a morte deste, o mercado editorial português se encontrou dominado por um grupo de apenas seis, os quais exerceram a sua actividade a partir de Lisboa.<sup>22</sup> São eles: Paulo Craesbeeck, Lourenço de Anveres, Jorge Rodrigues, Domingos Lopes Rosa, Manuel da Silva e António Álvares (que se intitula “Impressor de el Rey”). Uma parte dos *papéis* que estes profissionais publicaram nestes anos foi impressa “à sua custa”, informação que pode ler-se nas páginas de rosto de muitas das suas obras, mas uma proporção significativa destas publicações foi estampada “à custa” de um tal “Lourenço de Queirós”, cujo nome surge acompanhado da indicação: “livreiro do Estado de Bragança”. Uma primeira sondagem entre os impressos conservados na Biblioteca Nacional de Lisboa permitiu-nos verificar que o nome desta personagem se encontra expressamente mencionado em obras provenientes das oficinas dos mesmos seis impressores. A proximidade entre este livreiro e o rei (ou os círculos afectos à corte), é reivindicada pelo próprio Queirós na dedicatória a D. Teodósio, herdeiro da Casa Real, que figura num papel impresso em 1642 por Domingos Lopes Rosa:

esta Relação, me enviarão dous criados de V. A. para as imprimir, das quais a Relação vinha já offerecida a V. A. E assi me pareceo que cometia crime, em não buscar affectuosamente a mesma protecção; pois como *Official tão antigo da Real Casa de Bragança, corre por conta de V. A. apadrinhar as obras, que saírem por ordem minha.*<sup>23</sup>

<sup>21</sup> Como se sabe, até 1767 o sistema de censura de obras manuscritas e impressas era constituído por três entidades: a *Inquisição ou Tribunal do Santo Officio*, que tinha a seu cargo a aplicação das directivas emanadas pelo Papa ao caso específico do país e vigiava as obras em circulação; o *Ordinário*, que controlava, em nome do bispo, as obras publicadas em cada diocese; e o *Desembargo do Paço*, que correspondia à censura régia e tinha precedência sobre as outras duas. Sem os pareceres positivos e as aprovações destes três serviços, nenhum texto podia ser impresso ou divulgado.

<sup>22</sup> Vejam-se os trabalhos de Löff (1964-1966) e de Ortigão Ramos (1980).

<sup>23</sup> *Regra Militar offerecida ao Serenissimo Príncipe Dom Theodosio [...]*. Sublinhado nosso.

Parecem confirmar esta proximidade, não só o facto de Queirós se identificar como “livreiro do Estado de Bragança” mas, também, os elementos dispersos por papéis desta época, relativos a outros privilégios que lhe foram concedidos pelo Rei.<sup>24</sup>

Não é aqui o lugar para estudar as trajectórias destes homens. Recordemos, no entanto, que exerciam uma actividade com riscos económicos assinaláveis, num mundo em que a maioria da população se encontrava fracamente alfabetizada e no qual as obras podiam ser eliminadas ou sofrer mutilações a qualquer momento, por decisão dos censores, sem direito a reembolso do capital investido. Neste contexto, o volume de publicações que a literatura da Restauração ocasionou parece ter-lhes assegurado a sobrevivência, senão a reforma: Jorge Rodrigues e Lourenço de Anveres deixaram de imprimir em 1647 (logo que terminou a primeira fase da guerra) e António Álvares, a quem D. João IV concedera o título de impressor régio, cessou a actividade em 1654. Os percursos dos três impressores que sobreviveram ao monarca, falecido em 1656, são também ilustrativos: Manuel da Silva deixou o ofício em 1657, Paulo Craesbeeck deu à estampa o seu último livro no ano seguinte, e Domingos Lopes Rosa, que se estreara na actividade em pleno calor da aclamação (em 1641) retirar-se-ia em 1659.

O curto espaço de tempo decorrido entre os acontecimentos e o seu relato ou o seu comentário nestes *papéis* confere a estes últimos, como já foi dito, uma função noticiosa que pode ser aproximada do jornalismo. Mas não podemos esquecer de que se trata de textos escritos sob patrocínio, quase de encomenda, cujo objectivo primordial era o de apresentar os factos de modo favorável a quem os punha em circulação. Este aspecto deve alertar-nos para o cuidado a ter no seu aproveitamento como fonte histórica: é preciso ter consciência do efeito de distorção inerente ao facto de se tratar de construções textuais destinadas a persuadir.<sup>25</sup> Nesse sentido, podemos falar da existência de uma gradação a nível da ficcionalização dos acontecimentos tratados, que se torna mais ou menos evidente segundo as características genéricas e as diferentes configurações retóricas usadas nos textos. Por exemplo, o elemento ficcional é menos visível nas relações ou nas gazetas, é mais facilmente detectável em manifestos e proclamações e é evidente em peças de teatro, paródias, sátiras, textos em verso, composições alegóricas, etc. É também este elemento de ficção que torna estes textos interessantes para o historiador literário, pelo facto de os situar claramente na zona de confluência entre o campo da história e o da literatura.

Sublinhe-se que, por outro lado, tanto os discursos de carácter jurídico justificando o direito do reino de Portugal à independência e a “inteyreza e perfeição moral” da revolta

---

<sup>24</sup> É o caso do seguinte privilégio concedido pelo Rei a Lourenço de Queirós que figura nos papéis *Epitome de los principios y progresos[...]*: “Manda el Rey N. S. que pello Desembargo do paço se despache licença, & Privilegio a Lourenço de Queirós liureiro, para fazer imprimir quatro livros sobre as cousas de Catalunha, que o Embaxador daquelle Principado presentou a S. Magestade, que offerecerá com esta portaria. Em Lisboa a 6. de Março de 641, Francisco de Lucena”. O mesmo privilégio pode ler-se na *Noticia universal de Cataluña*, Lisboa, António Alvares, 1641 e, certamente, em mais outros dois títulos, uma concessão que se assemelha quase a uma encomenda, dada a política de aproximação entre as duas culturas ibéricas tentada nesses anos pelos partidários da Restauração portuguesa.

<sup>25</sup> A este propósito, recordem-se as palavras de Herculano (1838: 102, citadas por Gomes Dias): “Quanto aos sucessos militares, vemos que já não é novo o costume dos periódicos, o exaggerar as perdas alheas e encobrir as próprias; data esta usança em Portugal do anno do Senhor de 1640 ou 1641”.

de 1640,<sup>26</sup> como as refutações às alegações do direito dos reis castelhanos à coroa portuguesa, (como aconteceu com as que foram feitas por Juan Caramuel Lobkowitz)<sup>27</sup> ou ainda as denúncias de actos de violência - como aconteceu com a prisão do Infante D. Duarte pelo Imperador do Sacro Império germânico,<sup>28</sup> circulavam no mesmo formato e eram distribuídos pelas mesmas redes de vendedores ambulantes. Estes comercializavam os escritos festivos descrevendo as cerimónias da aclamação, as informações sobre confrontos militares e escaramuças de fronteira, ou as comédias e poesias satíricas que ridicularizavam o inimigo: uma indicação clara não só de que todos estes materiais eram relevantes para efeitos de propaganda, merecendo ampla difusão<sup>29</sup> mas, também, de que se destinavam ao consumo de um público simultaneamente amplo e culturalmente diversificado.

### Um “papel da Restauração”

A título de ilustração dos problemas que aqui vimos equacionando, lembraremos um *papel* impresso em Lisboa em 1642. Intitulado *Cartel de Desafio y protestacion cavalleresca de Don Quixote de la Mancha Cavallero de la triste figura en defension de sus Castellanos*, reúne grande parte das características destes impressos: é anónimo, utiliza os recursos tipográficos típicos das *folhas volantes* de textos de larga circulação para consumo popular, e foi escrito em castelhano por portugueses. O seu texto remete para um património literário comum, mas só é compreensível a partir do conhecimento das circunstâncias que lhe deram origem. Por fim, faz parte de uma troca de *papéis* mais ampla, que pode ter dado origem a mais espécimes do que os exemplares que conhecemos.

1. Vejamos o primeiro aspecto. Trata-se de um opúsculo in-4.º, com apenas 6 páginas de texto para além de uma página de rosto. Apesar de nele figurar a indicação de que foi publicado “com todas as licenças necessárias”, não inclui a transcrição de nenhuma, ainda que registe, por baixo da indicação da tipografia (“Na officina de Domingos Lopes Rosa”) e do nome de quem financiou a impressão (“À custa de Lourenço de Queirós Livreiro do Estado de Bragança”), uma referência ao imposto pago sobre o papel (“Taxão este papel em 4 reis”). Estes três elementos: anonimato, inexistência de licenças, e pagamento de custos feito pelo livreiro afecto ao “Estado de Bragança” apontam para que tenha tido patrocínio real.

No frontispício do mesmo livrinho observa-se uma esquadria formada por elementos tipográficos (que constitui, como se sabe, um ornamento habitual nos impressos avulsos

<sup>26</sup> A expressão é usada por Pais Viegas (1641: 37): “Pello objecto, & pellas circunstancias, se avalia o ser de todas as acções humanas & quem atentamente examinar esta nossa, acharà, que concorreo nella quanto se requeria, para ter inteyreza, & perfeição moral”.

<sup>27</sup> Caramuel Lobkowitz (1639).

<sup>28</sup> Fernández de Castro (1648).

<sup>29</sup> Neste sentido, talvez valha a pena recordar um outro efeito criado por estes *papéis*, sintetizado nos termos seguintes por Lisboa (1999: 146): “O impresso de sucesso” tem, em relação à conversa, uma relação de complementaridade e de potenciação. Longe de fazerem desaparecer a conversa ou o manuscrito, os impressos de maior divulgação faziam crescer o interesse por um tema, por uma frase, por um autor, que a conversa ou o manuscrito logo ajudavam a reproduzir”.



peninsulares desde o século XVI), dentro da qual se dispõem os títulos e as informações sobre a origem do impresso. Encontram-se especialmente destacadas as primeiras palavras do título (“CARTEL DE DESAFIO, Y”) e, por baixo deste, foi colocada uma xilogravura muito semelhante às usadas no século anterior em ilustrações e portadas de novelas de cavalaria. Representa dois cavaleiros frente a frente, em posição de ataque, empunhando cada um sua arma de fogo, em acção de disparo. Só um deles veste uma armadura. A relação existente entre a imagem e o texto é óbvia, e funciona, de certo modo, como um indicador de que se trata de leitura de entretenimento, tratando não só de cavaleiros andantes, mas do mais famoso de entre eles, o “Cavallero de la triste figura” D. Quixote.

2. Passemos à questão da língua. Ainda que saibamos que a sociedade portuguesa de meados do século XVI vivia numa situação de bilinguismo, tendo o castelhano penetrado camadas da população que não tinham tido grande contacto com a língua antes da anexação do reino, a sua utilização nos *papéis da Restauração* em geral, e neste em particular, merece uma reflexão. De facto, se a partir de meados do século XVI muitos escritores portugueses justificavam o facto de escrever na língua de Castela com a procura de um público mais amplo para as suas obras – justificação que, como provou Pilar Vázquez Cuesta, constitui uma prova da perda de prestígio sofrida pelo português entre as elites cultas lusitanas dessa época<sup>30</sup> –, a partir da Restauração o uso da mesma língua ganha outras conotações.

Por um lado, a impressão de panfletos em castelhano feita em Lisboa por impressores portugueses explica-se pela tentativa de adequação ao seu público-alvo (e, nesse sentido, é equiparável ao uso do catalão, do francês, ou do neerlandês, em *papéis* semelhantes no mesmo período): nas palavras de Manuel de Araújo e Castro, autor de uma comédia sobre a aclamação de D. João IV em castelhano, datada de 1642 (mas publicada em 1645) escreve-se em castelhano “por que Castella saiba ler em língua sua glorias nossas”.<sup>31</sup> Por outro lado, a língua castelhana passara a estar associada a determinados géneros literários, como a comédia, ou o *villancico*, pelo que o seu uso corresponde, por vezes, também, à adopção de modelos literários tomados de Castela.

Neste contexto, talvez valha a pena recordar que um dos pedidos feitos pelos representantes portugueses logo em 1581, nas Cortes de Tomar, fora o de que a língua portuguesa fosse usada na correspondência administrativa e assuntos oficiais relativos a Portugal. Significativamente, uma das críticas à Administração castelhana que surge na literatura destinada a legitimar a separação do Reino depois de 1640 consiste, precisamente, em acusações de incumprimento dessa prática. É o que podemos ler, por exemplo, no *papel* de João Pinto Ribeiro intitulado *Uzurpação, Retenção, Restauração de Portugal* no qual, depois de recordar o acordo celebrado nas Cortes, este jurista afirma que nos últimos anos da Monarquia Dual “[e]ra tanta a pressa, com que [os castelhanos] corrião atrás

<sup>30</sup> Cf. Vázquez Cuesta (1981).

<sup>31</sup> “Dedicatória” da *Comedia Famosa, Intitulada, la Maior Hazaña de Portugal [...]*: “Na suspensão da guerra este Inuerno, sobre a ditosa aclamação, tirei em limpo esta comedia, q fiz em língua Espanhola, assi por ser natural de V. Real Magestade & mui engraçada para semelhantes obras, como tambem por que Castella saiba ler em língua sua glorias nossas” (1645: fl. 1r).

de seu intento que se chegou já nestes últimos tempos a mandar, que as consultas se propuzessem em língua castelhana, & a se expedirem muytas cousas na mesma lingua”.<sup>32</sup>

Por fim, há que ter em conta um outro pormenor: a separação política veio transformar o castelhano na língua do inimigo, mas a língua do inimigo era uma língua que os portugueses *também* sabiam falar. Esta situação de assimetria linguística é também invocada com alguma frequência durante estes anos, como ilustram as observações feitas por Domingos Pereira Bracamonte, na obra intitulada *Banquete que Apolo hizo a los embaxadores del Rey de Portugal Don Iuan Quarto*, publicada em 1642. Partidário da causa de D. João IV, o autor explica que usou na sua obra o castelhano *por ordem de Apolo* dada a incapacidade demonstrada pelos naturais do reino vizinho em entender o português:

Apolo le [*ao autor*] mando que fuessem a lo castellano, porque la lengua de los Portuguezes era tan fácil, y su ingenio tan dócil, que se acomodava con la castellana como si fuesse portugueza, y que los Castellanos solamente se entendían con la suya, haviendose con la Portugueza peor que con la Griega, no porque su idioma no fuesse claro, grave, y sincero, mas porque ellos naturalmête siempre fueron más solícitos en procurar tragar lenguados de Portugal, que no su lenguaje [...] (1642: 9).

Estas palavras parecem corresponder a uma adaptação de uma ideia já anteriormente expressa à situação de confronto aberto instaurada pela guerra. António de Sousa de Macedo, de quem falávamos no início, na obra sobre as *Excelencias* de Portugal, referia que a língua portuguesa é tão “fácil, grave, y suave” que os estrangeiros a aprendem sem dificuldade, assinalando a existência de uma exceção a esta regra: “solos los Castellanos no pronuncian bien nuestra lengua”.<sup>33</sup>

3. A língua castelhana era, na época, apenas um dos aspectos do património intelectual partilhado por Portugal e por Castela. A intensificação das trocas culturais entre os dois reinos a que se assistiu ao longo do período de vigência da Monarquia Dual reforçara a aproximação entre as elites cultivadas de ambos os lados da fronteira e alargara a outras camadas sociais a penetração de modelos estéticos e de obras importadas do reino vizinho.<sup>34</sup> O *papel* de que aqui nos ocupamos permite observar o modo como esse fundo

<sup>32</sup> Pinto Ribeiro, *Uzurpação, Retenção, Restauração de Portugal*: “Pello cap. 15 das cortes de Thomar, se obrigou ElRey Dom Felipe em seu nome, & de seus sucessores, a trazer sempre consigo hum conselho, com as pessoas nelle declaradas, para que por ellas, & com ellas se despachassem todos os negócios deste Reyno, & que tudo se expenderia em lingua Portugueza, & que as pessoas serão portuguesas; esta promessa, contudo, nam durou mais, que em coanto a elle, & a seus sucessores, lhes nam esteve bem alteralla” (1967: II, 24).

<sup>33</sup> Macedo (1631: 238): “La segunda qualidad que hemos dicho que há de tener la lengua es la buena pronunciacion: y esta en la lengua Portuguesa es muy fácil, grave, y suave, como dizen los Autores, que abaxo iran alegados; lo qual se prueba com evidencia, viêdo la facilidad com que los estrangeiros hablan el Portuguêz, como son muchos Franceses, Alemanes, Ingleses, Hybernios, Flamencos, Catalanes, Valencianos, y Viscainos, que unos están en los puertos de Lisboa, Porto, Viana, y otras partes contratando, y comerciando, otros en los estudios de Lisboa, Évora, y Coimbra estudiando, hablando, y algunos predicando en Portuguêz vulgar. Solos los Castellanos no pronuncian bien nuestra lengua [...]”.

<sup>34</sup> Já em 1955 Glaser observava que “in view of the wide acceptance of Castillian by Portuguese writers as their literary language, it is equally difficult to determine whether the work of a certain author should be treated as part of Lusitanian or Spanish *belles-lettres*”.

de referências simbólicas comuns pôde ser (e foi) usado nestes impressos como arma simbólica destinada a atacar o inimigo. A escolha de D. Quixote como personagem a incluir neste panfleto, merece ainda uma contextualização. Para entender as suas implicações, é preciso ter em conta o modo como esta obra de Cervantes foi lida no século XVII. Como recordou Edward Glaser, ao contrário do que acontece hoje, os eruditos peninsulares do período não apreciaram o *Quijote* como uma obra prima, basicamente, porque não o leram do mesmo modo que as gerações que vieram depois. Nas suas palavras: “For the erudite Spaniard, Cervantes’ masterpiece was a work that because of its alleged lack of seriousness and lofty ideas did not merit critical examination”.<sup>35</sup> A este propósito, Glaser recorda o juízo expresso por Manuel Faria e Sousa sobre a obra, nomeadamente a sua afirmação de que o *Quijote* poderia servir como modelo para histórias *de burlas*, isto é, cómicas, ou para fazer rir.<sup>36</sup> Esta associação é documentada, por exemplo, pela inclusão de personagens mascarados de D. Quixote e de Sancho Pança com a função de fazer rir nas festas populares ibéricas e da América espanhola ao longo de todo o século XVII.<sup>37</sup> Essa leitura da obra teria estado na origem do uso frequente de alusões a episódios, personagens e citações do texto de Cervantes sempre que havia necessidade de empregar a sátira, como aconteceu em polémicas públicas e... em alguns *papéis da Restauração*:

But the very lightness and superficiality which seventeenth-century authors read into the novel made it an ideal weapon for satire and polemic, and it is works of this type which cast new light on the diffusion of the knight’s adventures in Lusitania. Portuguese writers, anxious to belittle an adversary, will aduce a quote from the *Quixote*; and if it is a question of deriding somebody, they will conveniently evoke the Knight of the Woeful Figure or his squire.<sup>38</sup>

Em suma, para os leitores do *papel* de que aqui se trata, a alusão ao “cavallero de la triste figura” constituiria mais uma indicação – a juntar ao formato e ao grafismo já mencionados –, de que estariam perante um texto destinado a fazer rir. Do mesmo modo, a associação da mesma personagem a um incidente específico equivale a uma ridicularização deste último.

4. A familiaridade do público seiscentista com as personagens de Cervantes permitia-lhe, então, como hoje, decifrar as alusões burlescas presentes no texto. Estas alusões são, contudo, um ornato retórico que contribui para minimizar (tornando-o risível) o acontecimento que está na origem deste papel: o desafio para um combate singular lançado a D. João IV de Bragança por seu cunhado, D. Juan Gaspar Alonso Perez de Guzmán y Sandoval, nono Duque de Medina Sidonia. Os contornos do episódio são ainda hoje difíceis de estabelecer com exactidão, sobretudo porque ocorreu na sequência da descoberta, no Verão de 1641, da chamada “conjura de Medina Sidonia”.

<sup>35</sup> Glaser (1955: 203).

<sup>36</sup> Faria e Sousa (1685: IV, 102): “Entre los Vulgares tiene el primer lugar nuestro Portugués Francisco de Morales con su parte 1. del Palmerin Inglês: puede servir de Magisterio á los que quisieren escribir una Historia verdadera: como para las burlas Miguel de Cervantes con su Quixote” (citado por Glaser [1955: 203]).

<sup>37</sup> Vejam-se as informações reunidas em Uribe-Echevarría (1949).

<sup>38</sup> Glaser (1955: 203).

Como se sabe, entre as reacções de Castela à aclamação de D. João IV contou-se a realização de um “contra golpe” incentivado através de contactos secretos entre agentes do Conde Duque de Olivares e os nobres portugueses que permaneciam fiéis ao Rei de Castela. Apesar de ser irmão de D. Luísa de Gusmão, a rainha portuguesa recém aclamada, o Duque de Medina Sidonia, D. Gaspar Alonso de Guzmán foi encarregado pelo governo de Castela de identificar aqueles que poderiam chefiar o movimento contra D. João de Bragança. De acordo com a documentação citada por Rafael Valladares a resposta que enviou para Madrid terá sido pouco animadora: em sua opinião não se poderia “conseguir nada por esse meio” (2006: 56). Apesar desta evasiva, a conspiração foi avante, culminando no atentado contra o Rei português acontecido no Verão de 1641. Tendo sido descoberto pelo lado português, deu origem a medidas punitivas de extrema severidade, custou a vida a alguns suspeitos de implicação na tentativa de golpe (entre os quais ao próprio secretário do monarca, Diogo de Lucena) e deu origem a um surto de *papéis* portugueses contra Castela.

Durante os preparativos do contra-golpe, D. Gaspar de Guzmán parece ter mantido uma posição neutral. No entanto, como já tem sido sublinhado,<sup>39</sup> a lentidão com que ia executando as ordens que recebia de Madrid assemelhava-se bastante a resistência passiva. Encarregado de reunir um exército destinado a proteger a fronteira com Portugal, fê-lo com grande lentidão e poucos resultados. O facto é que, juntamente com o Marquês de Ayamonte e com a conivência do Rei de Portugal (que havia solicitado o apoio naval de frotas vindas de França e de Holanda), o Duque de Medina Sidonia preparava um levantamento da região andaluza contra o governo central.

Provas de que algo se preparava chegaram a Madrid no final de Agosto. A documentação permite concluir que houve cartas interceptadas e denúncias feitas por figuras da nobreza castelhana.<sup>40</sup> Medina Sidonia e o Marquês de Ayamonte foram chamados à corte. D. Gaspar demorou ainda a sua partida, esperando por reforços e sondando apoios, mas acabou por desistir da empresa. Antes da chegada aos seus domínios do emissário enviado para o prender viajou para Madrid. Chegado à capital, na presença do Conde Duque de Olivares – que era, aliás, seu primo –, fez uma espectacular confissão, apontando Ayamonte como culpado da conjura. Esta confissão foi depois repetida diante de Filipe IV e do seu Notário mor, acompanhada de um pedido de perdão e dos protestos de que não fora sua intenção fazer-se aclamar rei da Estremadura.<sup>41</sup> Pouco depois o Marquês de Ayamonte foi preso. Interrogado em 6 de Outubro de 1641, culpou o Duque de ter sido o instigador da ideia, confessou a existência da conspiração e o facto de ter sido preparada com apoio português, mas foi condenado à morte. Por seu lado, Medina Sidonia, foi oficialmente perdoado pelo rei, que lhe poupou a vida, mas foi destituído dos direitos que lhe haviam sido concedidos pela coroa (como a Capitania das Costas andaluzas), viu os seus domínios confiscados (entre os quais Sanlúcar de Barrameda, que regressou à posse da coroa), pagou uma pesada multa em dinheiro, foi desterrado da corte e ficou proibido de regressar à Andaluzia.

<sup>39</sup> Cf. Domínguez Ortiz (1984).

<sup>40</sup> Cf. Consiglieri Sá Pereira (1930), Domínguez Ortiz (1984) e Valladares (2006).

<sup>41</sup> O documento que inclui o texto da confissão conserva-se na Biblioteca Nacional de Madrid e encontra-se reproduzido por diversos autores, entre os quais Guillamas y Galiano (1858: 240-241) e Consiglieri Sá Pereira (1930: 242-243). É por esta última edição que citamos.

Foi já depois da confissão de arrependimento feita em Madrid, no que parece ser, à primeira vista, uma tentativa desesperada para branquear a sua imagem e lavar a sua honra, que D. Gaspar desafiou publicamente D. João IV para um combate singular na fronteira. Recorrendo ao meio mais próprio para fazer correr a notícia, mandou publicar e difundir um *papel*. É Rafael Valladares quem refere a preocupação manifestada pelo irmão de D. Luísa de Gusmão com a sua divulgação, sublinhando que “Medina Sidónia chegou mesmo a pedir autorização – que lhe foi concedida – para imprimir o manifesto de desafio nos Países Baixos espanhóis” (2006: 402 [nota 68]). O mesmo cuidado em mostrar em público a recém-jurada lealdade a Filipe IV parece ter estado na origem da deslocação do Duque, acompanhado de um séquito razoável, até perto de Valência de Alcântara onde o combate deveria ter lugar. Aí se instalou ostensivamente, esperando em vão pelo cunhado, durante oitenta dias.

5. Como se conclui, o *papel* intitulado *Cartel de Desafio y protestacion cavalleresca de Don Quixote de la Mancha Cavallero de la triste figura en defension de sus Castellanos* é apenas uma peça numa guerra de papéis, cujo número não temos a certeza de conhecer ao certo, mas que incluiu, para além do primeiro *papel* posto a circular pelo Duque Gaspar Alonso, pelo menos outros três, impressos em castelhano em território andaluz, aparentemente destinados a justificar o seu gesto de desafio à luz da proibição dos duelos estabelecida pela ortodoxia católica no Concílio de Trento.<sup>42</sup> Estes papéis, que apresentam o objectivo manifesto de defender a atitude tomada por Medina Sidónia, parecem ser passíveis de uma leitura dupla: se, por um lado, insistem na legitimidade do duelo para defender a honra de quem teria sido caluniado por falsas provas de conjura postas a circular por D. João IV e seus partidários, por outro, podem ser interpretados como avisos, destinados aos implicados portugueses, sobre a mudança de atitude por parte do mesmo Medina Sidonia. O opúsculo intitulado *Justificación moral en el fuero de la conciencia de la particular batalla*, etc. assinado pelo Padre Tomas Hurtado vai insistindo na “necessidade” imperiosa em que D. Gaspar Alonso se vê de “dar satisfaccion publica” do seu gesto de desagravo para defender-se a si, à sua honra e à da sua Casa, dando mesmo a entender em diversos lugares do texto que “não teve outro meio” ou que o faz para escapar à morte.<sup>43</sup> O mesmo tom e a mesma possibilidade de duplo entendimento do que se diz, se observa no papel anónimo *Justificación del desafio de el Duque de Medina Sido-*

<sup>42</sup> Localizámos até ao momento os opúsculos: *Defensa del desafio, que el duque de Medina-Sidonia há hecho al tirano Juan de Vergança*, s.l., s.n., 1641 (Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa); *Justificación moral en el fuero de la conciencia de la particular batalla que el excellentissimo Duque de Medina Sidonia ofrecio al que fue de Bragança por el padre M. Tomas Hurtado de los clérigos Menores*, Antequera, Vicente Alvarez, 1641 (Biblioteca Nacional de Lisboa); *Justificación del desafio de el Duque de Medina Sidónia, al tirano de Vergança* [Sevilla, s.n., 1642, 2ª impressão] (Biblioteca Nacional de Lisboa).

<sup>43</sup> Vejam-se os exemplos seguintes: “Y que el Excelentissimo Duque de Medina Sidonia, en las circunstancias presentes, moralmente hablando, no aya tenido outro medio, que el ofrecer singular batalla com el consentimiento del Rey, al Duque que fue de Bragança, es manifesto porque siendo tan publico el agravio a todas las naciones estrangeras, a quien dió cuenta el traydor para sus intentos. No podia satisfacer a todos como es razon, sino publicando el agravio, declarando ser mêtira, y falsedad lo impuesto, y esta publicacion, para que fuera eficaz, no ay outro mêtio, sino darlo a entender com el desafio [...]” (fol. 3) ou “Digo lo segundo, q el Excelentissimo Señor Duque de Medina Sidónia no solo pudo com buena conciência ofrecer particular batalla al de Braganza sino q tuvo obligacion de hazerlo: pues aviẽdole impuesto un tan grã

nia. Este folheto, que teve duas impressões em Sevilla, cita o texto de Hurtado e vai repetindo a justificação do duelo como uma alternativa à pena de morte que a suspeita de envolvimento num crime de lesa-majestade certamente acarretaria. A aprovação dos teólogos censores que figura no final do *papel* parece-nos, deste ponto de vista, eloquente:

Juzgamos por provable que fue licito el dicho desafio al Duque de Medina Sidonia, siendo el único medio ad evandam mortẽ y otros gravísimos daños que se le podian seguir de lo que falsamente avian esparcido contra el.

Estes elementos permitem-nos, segundo cremos, entender o texto do *Cartel de Desafio y protestacion cavalleresca* a partir de uma perspectiva mais ampla. É certo que constitui uma resposta satírica à provocação instaurada pelo primeiro papel de Medina Sidonia. Contudo, dadas as circunstâncias acima esboçadas, ao dar eco a um gesto que correspondeu a uma manobra destinada a consolidar o perdão régio, contribuiu, também, para lhe dar credibilidade, para sublinhá-lo e atribuir-lhe eficácia – ainda que apenas a nível da propaganda. O mesmo se poderá afirmar acerca da notícia da deslocação do Duque de Medina Sidonia à fronteira portuguesa, que surge redigida em tom neutro na *Gazeta do mês de Dezembro de 1641*, publicada “com Privilegio Real” e “Com todas as licenças necessárias” na oficina de Lourenço de Anveres, em Janeiro de 1641:

O Duq de Medina Sidonia veyo ao campo de Maruaõ com oito companhias de cavallo, & depois de passear, botando maõcheas de terra para o ar, & quebrando ramos diante de quatro notarios, q davão fé de tudo, se retirou sã aguardar, q chegasse o General Martim Affonso de Mello, o qual auia saido da cidade de Eluas, & hia marchãdo para aquelle sitio sò com animo de se encontrar cõ elle, & o seguio com tanto fervor, q ainda lhe alcançou dous criados, & os trouxe prisioneiros. Huns dizem, que estas cerimonias foraõ de desafio, outros, que de posse.<sup>44</sup>

Tendo em conta estes dados, a proximidade entre o impressor e o livreiro responsáveis pela produção do opúsculo publicado em Lisboa e a Casa Real portuguesa denuncia a anuência de D. João IV quanto à sua publicação, mas não diz muito quanto às intenções profundas que podem tê-lo movido, que tanto podem ter sido a rivalidade, como a colaboração.<sup>45</sup>

6. Refira-se, por fim, que a leitura do texto do desafio inicial posto a circular pelo Duque de Medina Sidonia constitui um auxiliar precioso para a compreensão da resposta

---

crimen como de aleroso, y traidor a su Rey, e averlo publicado en todo el mundo, y hecholo saber a los Príncipes; este desafio publico, es medio necessario, y único, para satisfacer ser falso testimonio, y manifiesta mentira” (fol. 6) ou ainda, no mesmo fólho. 6: “[el Duque] está obligado en conciencia a defenderse, ofreciendo pelea campal al Rebelde y falsario, para que así el como su casa queden libres [...]”.

<sup>44</sup> *Gazeta do mês de Dezembro de 1641*, Lisboa, Lourenço de Anveres em Janeiro de 1641, fl. 5. Na mesma *Gazeta*, na secção de Novas de fora do Reyno” pode ler-se nos fols. 5-6: “O Marques de Ayamonte (a quem el Rey Felipe mãdou prender na mesma torre, em q esteu D. Rodrigo Calderõ) está cõ muitas guardas ã grãdissimo aperto. Alguis homẽs, q vieraõ de Madrid duvidão disto: mas todos os q vẽ de Castro Marinho e de Mértola, asseguraõ que lâ é cousa publica, & que se sabe por via de Ayamonte” (citado a partir de Gomes Dias [2006: 21-22]).

<sup>45</sup> Do nosso ponto de vista, estamos longe da iniciativa ocasional sugerida por Rodríguez Marín, quando diz, *Op. cit.* p. 610 “desde Lisboa, algun português chusco, dando muita pancada aos hespanholes, parodiõ, a nombre de don Quijote de la Mancha y en un castellano pasado y aun paseado por la *Rua Nova* de Lisboa, el risible cartel de don Gaspar Alonso”.

impresa em Lisboa, uma vez que esta última irá manter, formalmente, a sua estrutura e o seu tom, aspectos que contribuirão para transformar o texto do *Cartel de Desafio y protestacion cavalleresca* numa *paródia* do papel provocatório.

Note-se, por outro lado, que se pusermos de lado o modo como cada um dos textos se encena e se estrutura do ponto de vista genérico e retórico (desafio escrito, convocação do adversário, tentativa de desacreditação deste através do insulto pessoal e de grupo, paródia, imagética burlesca, utilização satírica da metáfora, etc.), encontraremos, no primeiro *papel*, informação significativa e suficiente para que os leitores implicados na conjura pudessem entender que esta fora descoberta e, no segundo, a confirmação de que essa mensagem fora recebida.

Lido deste ponto de vista, o texto difundido por Medina Sidonia deixa claro que a conspiração e o envolvimento de Portugal haviam sido descobertos;<sup>46</sup> foi conhecido o envolvimento de outros países no golpe;<sup>47</sup> ficou a saber-se quem foi o denunciante, e que existem provas concretas sobre alguns dos planos da conjura;<sup>48</sup> que o parentesco existente entre o Duque e D. João IV é um elemento significativo;<sup>49</sup> não lhe resta outro caminho senão o de defender a sua vida e honra publicamente e perante o Rei;<sup>50</sup> dá indicação de um lugar para contactos e sugere um possível encontro de emissários;<sup>51</sup> foi castigado pelo Rei, com o confisco dos domínios de San Lucar de Barrameda e a destituição dos cargos militares que possuía<sup>52</sup> deseja agradar a Filipe IV, de cuja boa vontade se encontra completamente dependente<sup>53</sup>.

<sup>46</sup> Vejam-se as afirmações seguintes: “assi como es una cosa notoria a todo el mundo la traicion de Juan de Braganza, otras veces Duque, se sabe tambien la detestable intencion con que ha querido manchar de infidelidad a la mui fiel Casa de los Guzmanes”.

<sup>47</sup> “Este Tyrano ha introducido en el espiritu de los Príncipes extranjeros, y en el de los Portugueses errantes que siguen su partido, para dar credito a su malignidad, animarles en su favor y ponerme mal, aunque en vano, en el espiritu de mi Señor (Que Dios Guarde).”

<sup>48</sup> “para llegar a su intento se ha servido de un Frayle Religioso que abia sido enviado por el Cuerpo de la Villa de Ayamonte á Castro Marim en Portugal, para librar a un prisionero: el cual Frayle abiendo sido conducido preso a Lisboa fuè practicado para decir que yo estava de su partido, y aun con este fin publico algunas cartas que lo confirmaban, y que yo daria libre entrada y favor a todas las armadas estrájeras que vendrian á las costas de la Andalucia”.

<sup>49</sup> “pero el principal sugeto de mi disgusto es que su Muger sea de mi sangre; el cual estando corrompido por esta Rebeldia yo deseo derramarlo”.

<sup>50</sup> “y me siento obligado a mostrar a mi Rey y Señor por esta accion, quanto siento los testimonios de su satisfaccion tocante a mi fidelidad, y darla semejantemente a el publico, para levantarle de la duda que ha podido conceber com las falsas prevenciones que le han dado”.

<sup>51</sup> “El puesto será cerca de Valencia de Alcantara, en la parte que sirve de limite a los Reynos de Portugal y de Castilla, en donde yo le esperaré ochenta días, comenzando desde el primero de Octubre y acabando el dia diez y nueve de Diciembre del presente año. Los veinte últimos dias me hallaré yo en persona en la dicha plaza de Valencia: y el dia que me citará le esperaré sobre estes limites [...] con tal que el assegurará, á el deseo de los caballeros que yo le enbiaré, una légua en el Portugal, del mismo que yo le asseguraré tambien á los que el enbiará de su parte una légua en Castilla, y prometo el darle a entender entonces mas enteramente la infâmia de la accion que há cometido”.

<sup>52</sup> “ofresco desta ahora, debaxo de la voluntad de su Magestad Católica (Q.D.G.), a el que le matar, mi Villa de Sanlucar de Barrameda, Sede principal de los Duques de Medina-Sidonia y estando prostrado a los pies de su dicha Majestad, le suplico no darme en esta ocasion el Gobierno de sus tropas, por razon de que tiene necesidad de una prudencia y de una moderacion que mi cólera no me podria dictar en esta ocurrencia”.

<sup>53</sup> “quedando siempre muy poco satisfecho de lo que yó podre hacer por su dicha Majestad; pues todo lo que tengo lo tengo y lo debo a ella y a mis gloriosos antecessores”.

Passemos brevemente em revista a resposta impressa por Lopes Rosa.

Ao construir-se como paródia do texto difundido por Medina Sidónia, a *papel* português dá, desde logo, mostras de que o seu autor teve conhecimento daquele, constituindo-se, implicitamente, como uma resposta. Mas a resposta é atribuída, desde o início, do texto ao “Cauallero de la triste Figura DON QUIXOTE DE LA MANCHA, &c.”, e inclui palavras idênticas às usadas no texto de desagravo de Perez de Guzmán: “Digo que como es notório al mundo mi valor invencible [...]”.<sup>54</sup>

À superfície, o texto pode parecer um exercício puramente retórico de intenção satírica, pelo facto de convocar personagens e motivos tomados da obra de Cervantes: para além de D. Quixote, são mencionados os ideais da cavalaria andante, anões e gigantes, o sábio Merlin, Dulcineia de Toboso, Sancho Pança, o cavalo Rocinante, etc. A estes elementos soma-se a figura lendária anti-castelhana local (a padeira de Aljubarrota). Note-se, por outro lado, que D. Quixote surge aqui caracterizado como um partidário dos portugueses, que apresenta a Restauração como uma “pena justa” enviada por Deus para punir a “soberbia, embustes, y tyrannias” de Castela<sup>55</sup> e chama aos castelhanos “gallinas” avisando-os de que devem recolher-se em “gallineros, y no en castillos”.

Esta metáfora, cuja origem estará, provavelmente, no rumor segundo o qual o palácio do Retiro fora construído em terreno anteriormente destinado à criação de aves domésticas, permitirá a exploração de significados associados à oposição entre a coragem (dos portugueses) e a cobardia ou o medo (dos castelhanos). É nesta linha de sentido que se integram outras alusões metafóricas tomadas do universo do conto e da fábula como a raposa e as galinhas, o lobo e as ovelhas, etc.<sup>56</sup> De teor semelhante é o jogo de sentidos e de imagens feito com os leões e os castelos da representação heráldica do brasão da Monarquia Espanhola:

y vno, sin respeto a mi andantesca dignidad, y sin temor de mi brazo inflexible, llegó a amonestarme com atreuida lengua que de oy en adelante no me intitulase mas el cauallero de los leones, sino el cauallero de las gallinas, pues los leones del escudo de mi Patria se auian buelto pollos, como Gallineros los Castillos.

Mais uma vez, uma leitura aprofundada permite entender que, para além destas imagens, há informações factuais veiculadas pelo texto, que seriam compreensíveis por um bom entendedor:

<sup>54</sup> O início do texto de desafio difundido pelo Duque de Medina Sidonia é: “Digo que, assi como és una cosa notoria a todo el mundo la traicion [...]”.

<sup>55</sup> Eis as palavras do original, *Op. cit.* fl. 1: “Y es que despues del miserable castigo, que el Cielo ha dado a mi nacion Castellana en pena justa de su soberbia, embustes, y tyrannias, reduziendola al mayor extremo de couardia, que jamas ha encontrado Cauallero andante en la redondez de la tierra, con que vergonçosamente ha perdido su monarchia, y en particular despues de la misteriosa libertad de los Portugueses nuestros aduersarios antigos, y increible corage, con que el Verano passado estos brabos gigantes, sin recibir daño alguno, han por todas partes talado nuestros campos, quemado nuestros lugares, y muerto de nuestras gentes las que menos corrian, los desbenturados hijos desta infortunada madre, que llaman Castilla [...]”.

<sup>56</sup> Veja-se, a título de exemplo, a afirmação: “los enemigos se fueron blasonando de auer assombrado como gallinas por temor de la zorra ó como ovejas por temor del lobo”.



o *papel* de desafio foi lido e causou tristeza;<sup>57</sup>

é conhecida a prisão do Duque de Ayamonte – facto não mencionado no papel de Medina Sidonia – ainda que tenha sido envolvido na acusação de conjura, não foram os portugueses que o denunciaram;<sup>58</sup>

o *papel* com o desafio do Duque de Medina Sidonia ou é falso, ou foi escrito sob coacção;<sup>59</sup> as armadas estrangeiras foram até Cadiz mas não atacaram por não terem recebido sinal;<sup>60</sup> o facto de o *papel* do Duque estar datado de Toledo faz com que caiam suspeitas sobre a sua autenticidade e denuncia os verdadeiros motivos que teriam levado à sua impressão.<sup>61</sup>

O breve espaço desta exposição não permite que nos alonguemos na análise exaustiva deste texto, que quisemos recordar aqui, acima de tudo, como um exemplo dos desafios que este tipo de papéis constitui para o investigador. Produzidos num momento de efervescência política, os textos difundidos nestes impressos encontram-se profundamente marcados pelas circunstâncias do momento, e constituem armas de ataque, de defesa ou de persuasão ao serviço dos interesses das facções envolvidas no conflito. Como se verifica, tanto as referências a personagens novelescas, lendárias ou maravilhosas, como os efeitos de estilo e as configurações retóricas características do domínio do literário, encontram-se tão profundamente associadas a esses mesmos interesses que se tornam quase incompreensíveis fora de uma realidade que estimulou a sua utilização, lhes conferiu significado e lhes deu razão de existir.

<sup>57</sup> “Y al mismo punto [Merlin] sacando de vn bolçon de cuero vn papel impresso, y poniendo sus antojos començò con voz descomunal a leer vn cartel de dezafio hecho por el Duque de Medina Sidonia Don Gaspar Alonso Peres de Gusman el bueno, com cuya vista al parecer de mi escudero Sancho Pança quede con mas triste figura de lo que antes tenia, por acabar de conocer ya en los Castellanos no ay mas que plumas, com que huyè, y con que escriuè: augmentandose mi desconsuelo quando llegué a considerar la forma del cartel contra lo verosimil del successo, de que trata, y leyes de buena caualleria”.

<sup>58</sup> “Aduertiendo antes de todo que puede presumirse no ser hecho por Don Gaspar de Gusman el bueno Duque de Medina Sidonia, sino por Don Gaspar de Gusman el malo Duque de las Chimeras, a fin de solicitar respuesta en Portugal, de que saque motiuo para averiguación de la culpa, que imagina en el Duque prezo: siendo que los Portuguezes, como Señores ya de sus traças, no responderan cosa, que sirua a su intento”.

<sup>59</sup> “Y quando el papel sea del mismo, lo haria forçado (pues no puede presumirse menos de vn tal cauallero) es ridículo dezir que los Portuguezes quizeron hazerle sospechoso a nuestro Rey, para que dudando su Magestad de su fè, les faltasse tanto oposito siendo claro que el que no temió la oposiçõ de vn Monarcha, temerà menos la de su vassallo, aun que grande, sino es que con esta insinua que la suya es maior, y entonces llega a offender la Magestad de su Rey”.

<sup>60</sup> “[los Portuguezes] no son tan incautos, como por nuestro mal experimentamos, que no mirassen a todas las conueniencias. Y en el destroço, que amenaza a las armadas por las ordenes, que auia dexado si llegasè a las costas de la Andalucia, le conueniò el tiempo, pues se sabe que llegãdo ellas al puerto de Cadiz, no hizieron nuestras pobres gentes, mas que recogerse en las fuertes murallas, y meter sus navios en parte segura”.

<sup>61</sup> “Finalmente para mejor desfarce de todo deuiera ser la data del cartel è las tierras del Duque, y no en Toledo tan retirado dellas por mandado de su Rey q se conoce, q S. Magestad tiene maior sospecha de su trato, q de ser calunia de los Portuguezes”.

## Bibliografia

- Amzalak, Moses Bensabat (1934): *As relações diplomáticas entre Portugal e a França no reinado de D. João IV (1640-1656) documentos e notas*. Lisboa: s.e.
- Anastácio, Vanda (2005): “*El Rei Seleuco 1645 (Reflexões sobre o ‘corpus’ da obra de Camões)*”. Em: *Península 2*, pp. 327-342.
- Anselmo, Artur (1997): *Estudos de História do Livro*. Lisboa: Guimarães.
- Aranha, Brito (1885): “Notas para uma bibliographia da Restauração”. Em: Palmeirim, Luís Augusto: *A Restauração de Portugal. Opúsculo Histórico*. Lisboa: Empresa do Occidente, p. 36.
- Bouza Álvarez, Fernando (2000): “Cartas, traças e sátiras. Política, cultura e representações no Portugal dos Filipes 1580-1668”. Em: Bouza Álvarez, Fernando: *Portugal no tempo dos Filipes*. Lisboa: Cosmos, pp. 19-38.
- (2001-2002): “Cultura escrita e historia do Livro: a circulação manuscrita nos séculos XVI e XVII”. Em: *Leituras*, 9-10, pp. 63-95.
- Bracamonte, Domingos Pereira (1642): *Banquete que Apolo hizo a los embaxadores del Rey de Portugal Don Juan Quarto*. s. l.: s. e.
- Brasão, Eduardo (1939): *A Restauração: relações diplomáticas de Portugal de 1640 a 1668*. Lisboa: Bertrand.
- Canavarro, Pedro (1967): *Portugal e a Dinamarca durante a Restauração. Relações diplomáticas 1640-1668*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- Cardim, Pedro (2003): “Embaixadores e representantes diplomáticos da Corte portuguesa no século XVII”. Em: *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, 15 (IIª série), pp. 47-86.
- Castro, Manuel de Araújo e (1645): *Comedia Famosa, Intitulada, la Maior Hazaña de Portugal dedicada a la mui Alta Ínclita, Catholica, y Serenissima Señora D. Luiza Reyna de Portugal [...]*. Lisboa: António Álvares.
- Castro, Nicolás Fernández de (1648): *Portugal convezida con la razón para ser venzida con las catholicas potentísimas armas de Don Philippe IV. El Pio N.S. emperador das Españas, y del nueuo mundo sobre la Justíssima recuperación de aquel Reyno, y la justa prisión de Don Duarte de Portugal: Obra apologética, Juridico-Theologico-Historico-Politica, dividida en cinco tratados*. Milano: Hermanos Malatestas.
- Coelho, Laranjo (1940-1942a): *Cartas de el-Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza) embaixador em França*. 2 vols. Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- (1940-1942b): *Cartas de El Rei D. João IV para Diversas Autoridades do Reino*. Lisboa: Ática.
- Costa, Fernando Dores (2004): *A Guerra da Restauração 1641-1668*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Cruz, António (1948): *Subsídios para a história das relações diplomáticas de Portugal com a Holanda: 1640-1668*. Porto: Maranus.
- (1967): *Papeis da Restauração*. 2 vols. Porto: Faculdade de Letras do Porto.
- Curto, Diogo Ramada (2001-2002): “A história do livro em Portugal: uma agenda em aberto”. Em: *Leituras* 9-10, pp. 13-61.
- Defensa del desafio, que el duque de Medina-Sidonia há hecho al tirano Juan de Vergança*, s. l., s. n., 1641.
- Dias, Eurico Gomes (2006): *Gazetas da Restauração: [1641-1648]. Uma revisão das estratégias diplomáticas portuguesas (edição transcrita)*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Domínguez Ortiz, Antonio (1984): “La conspiración del Duque de Medina Sidonia y el Marqués de Ayamonte”. Em: *Crisis y decadencia de la España de los Austrias*. Barcelona: Ariel, pp. 113-153.
- Epítome de los principios y progresos de las guerras de Cataluña en los años 1640 y 1641 y señalada vitoria de Monjuque*. Lisboa: António Alvarez, 1641.

- Figueiredo, Violeta Crespo (1979): “Público, política e censura no século XVIII”. Em: *História*, 8, pp. 70-78.
- Glaser, Edward (1955): “The literary fame of Cervantes in seventeenth-Century Portugal”. Em: *Hispanic Review*, 23, 3, pp. 200-211.
- Guillamas y Galiano, Fernando (1858): *Historia de Sanlúcar de Barrameda*. reed. facsimilar. Sanlúcar de Barrameda: ASEHA; 1990.
- Herculano, Alexandre (1838): “Origem das gazetas em Portugal”. Em: *O Panorama*, II, 1ª série. Lisboa: Sociedade dos Conhecimentos Úteis, 31 Março 1838.
- Infantes, Víctor (2003): “Tipología de las formas editoriales”. Em: Baranda, Nieves (coord.): *Historia de la edición y de la lectura en España*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, pp. 39-49.
- Justificación moral en el fuero de la conciencia de la particular batalla que el excellentissimo Duque de Medina Sidonia ofrecio al que fue de Bragança por el padre M. Tomas Hurtado de los clérigos Menores*. Antequera: Vicente Álvarez, 1641.
- Justificación del desafío de el Duque de Medina Sidonia, al tirano de Vergança* [Sevilla, s. n., 1642, 2ª impressão].
- Lisboa, João Luis (1999): “Papeis de larga circulação no século XVIII”. Em: *Revista de Historia das Ideias*, 20, pp. 131-147.
- Lobkowitz, Juan Caramuel (1639): *Philippus Prudens Lusitaniae legitimus Rex demonstratus*. Antuérpia: Ex officina Plantiniana Balthasaris Moreti.
- Loff, Maria Isabel (1964-1966): *Impressores, Editores e Livreiros no século XVII em Lisboa*, separata de *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, pp. 10-12.
- Lopez, François (1997): “Libros y Papeles”. Em: *Bulletin Hispanique*, 99,1, pp. 293-307.
- Macedo, António de Sousa de (1631): *Flores de España Excelencias de Portugal. En que brevemente se trata lo mejor de sus historias, y de todas las del mundo desde su principio hasta nuestros tiempos, y se descubren muchas cosas nuevas de provecho, y curiosidad*. Lisboa: Jorge Rodrigues [reed. fac-similada, 2003].
- Madera, Gregorio López de (1597): *Excelencias de la Monarquia e Reynos de España*. [2ª edição: 1625].
- Marques, João Francisco (1989): *A Parenética Portuguesa da Restauração 1640-1668. A Revolta e a Mentalidade*. 2 vols. Porto: INIC.
- Martínez Torrejón, José Miguel (2002): “La poésie satirique et de circonstance autour de l’union ibérique”. Em: *Arquivos do Centro Cultural Português*, 44, pp. 165-181.
- Matos, Gastão de Melo (1946): *Panfletos do século XVII*, Separata de *Anais* (Lisboa, Academia Portuguesa de História) 10.
- Noticia universal de Cataluña*. Lisboa: António Alvares, 1641.
- Pereira, Consiglieri Sá Pereira (1930): *A Restauração de Portugal e o Marquês de Ayamonte. Uma tentativa separatista na Andaluzia*. Lisboa: Guimarães.
- Prestage, Edgar (1916): *O Dr. António de Sousa de Macedo: presidente de Portugal em Londres*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- (1928): *As relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda de 1640 a 1668*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Prestage, Edgar/Mellander, Karl (1943): *As relações diplomáticas e comerciais entre a Suécia e Portugal de 1641 a 1670*. Porto: Tip. Baptista.
- Ramos, Margarida Ortigão (1980): *Tratamento bibliográfico de uma miscelânea de folhetos sobre a Restauração de Portugal 1641-1667*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Regra Militar oferecida ao Serenissimo Príncipe Dom Theodosio nosso Senhor. Com hua Relaçam do que fez a Villa de barcellos, depois que foy aclamado Rey, & Snôr Sua Magestade, até o primeiro de Ianeiro 1642 [...]*. Lisboa: na Officina de Domingos Lopes Rosa, 1642.

- Ribeiro, João Pinto (1642): *Uzurpação, Retenção, Restauração de Portugal*. Lisboa: Lourenço de Anveres [reed. por António Cruz, *Papeis da Restauração*, Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1967].
- Rodríguez-Moñino, Antonio (1970): *Diccionario bibliográfico de Pliegos sueltos poéticos (siglo XVI)*. Madrid: Castalia.
- Saldanha, Nuno (1993): *Antonio de Sousa de Macedo na teoria artística do barroco seiscentista. Contributo para o estudo das ideias estéticas em Portugal*. Lisboa: Centro de História da Cultura, Universidade Nova de Lisboa.
- Santos, Maria Emília Madeira Santos (1965): *Relações Diplomáticas entre Portugal e Veneza (1641-1649)*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- Serrão, Joaquim Veríssimo (2004): *O Tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*. Lisboa: Colibri.
- Soares, Ernesto (1940): “Perfis humorísticos da Restauração”. Em: *Congresso do Mundo Português*. Lisboa: Bertrand, vol. VII, pp. 407-442.
- Sousa, D. António Caetano de (1949): *Historia Genealógica da Casa Real Portuguesa*, nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, tomo VII. Coimbra: Almedina.
- Sousa, Manuel de Faria e (1685): *Rimas varias de Luís de Camoens principe de los poetas heróicos y líricos de España: ofrecidas al muy ilustre Señor D. Juan da Sylva Marques de Gouveia, Presidente del Dezembargo del Paço y Mayordomo Mayor de la Casa Real por Manuel de Faria y Sousa*. Lisboa: Theotonio Dâmaso de Mello.
- Torgal, Luís Reis (1981-1982): *Ideologia Política e Teoria do estado na Restauração*. 2 vols. Coimbra: BGUC.
- Uribe-Echevarría, Juan (1949): “Primeros y últimos pasos del Quixote y Cervantes en América”. Em: *Cervantes en las letras hispanoamericanas*. Santiago de Chile: Ediciones de la Universidad de Santiago de Chile, pp. 17-29.
- Valladares, Rafael (2006): *A Independência de Portugal. Guerra e restauração 1640-1680*. Lisboa: Esfera dos Livros [1ª edição: *La rebelión de Portugal 1640-1680*, 1998].
- Vázquez Cuesta, Pilar (1981): “O bilinguismo castelhano-português na época de Camões”. Em: *Arquivos do Centro Cultural Português*, 16, pp. 807-827.
- Viegas, António Pais (1641): *Manifesto do Reyno de Portugal. No qual se declara o direyto, as causas, & o modo, que teve para exemirse da obediencia del Rey de Castella, & tomar a voz do Serenissimo Dom Joam IV. do nome, & XVIII. entre os reys verdadeyros deste Reyno*. Lisboa: Paulo Craesbeeck.